



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA, ESPORTO, LAZER E TURISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às 19h2min do dia 1º/6/17, no Plenário Juscelino Kubitschek, sob a presidência da vereadora Cida Falabella e com a presença do vereador Gilson Reis, deixou de reunir-se extraordinariamente, por falta de quórum, a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Registre-se que: 1) esta reunião estava marcada para iniciar-se às 18h30min; 2) da ORDEM DOS TRABALHOS, constou: Audiência Pública “com a finalidade de debater a alimentação na rede municipal de educação”. Registre-se que esta audiência realizou-se por iniciativa do vereador Arnaldo Godoy, conforme o Requerimento de Comissão nº 108/17. Mesmo não havendo quórum, a presidente declarou abertos os trabalhos para a realização da audiência pública. Convidou a compor a mesa: 1) Natália Araújo, representante da secretária municipal de Educação, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben; 2) Luciana Araujo Vacari, representante da presidente do Conselho Regional de Nutricionistas, Viviane Admus Nunes Paixão; 3) Adilana de Oliveira Rocha Alcântara, representante da secretária municipal adjunta de Segurança Alimentar Escolar, Darklane Rodrigues Dias; 4) a ativista da educação pública, mãe de alunas de Unidade Municipal de Educação Infantil - Umei - e do Ensino Fundamental, Poliana do Amaral Ferreira; 5) a vice-presidente do Conselho de Alimentação Escolar de Minas Gerais - CAE/MG, Regina Rodrigues de Oliveira; 6) a presidente do Conselho de Alimentação Escolar de Belo Horizonte, Neuma Soares Rodrigues; 7) o membro do Observatório Social de Belo Horizonte e do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, Paulolinto Pereira; 8) a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte, Jacinta Gomes Silva Braga. O vereador Gilson Reis saudou os presentes. Destacou o empenho dele e da vereadora Cida Falabella para a realização desta audiência pública. Destacou a importância de se debater a alimentação na Rede Municipal de Educação, principalmente para os alunos da educação infantil. Comentou que, no mandato anterior, ficou decidido o corte da colação para os alunos das Umeis, especialmente as crianças de zero a três anos, o que parece não ter ocorrido. Questionou a privatização das Umeis pela administração anterior, gerenciada pela Empresa Odebrecht. Pontuou a importância da qualidade da alimentação para o desenvolvimento dos alunos. A presidente esclareceu que o vereador Arnaldo Godoy não pôde comparecer por estar em compromisso vinculado ao Partido dos Trabalhadores - PT - na capital federal, com seu presidente municipal. Leu texto com reflexão sobre a importância de uma boa alimentação na construção do saber, em especial, na primeira infância. Mencionou que a alimentação deve ser prazerosa aos estudantes e que devem ter acesso a água de qualidade. Disse que a alimentação saudável é direito de todos e todas. Acrescentou que a educação não deveria estar desvinculada de uma boa alimentação saudável. Agradeceu à sua companheira de "Gabinete" Tainá Rosa pelo apoio na formulação de propostas para esta audiência pública. Natália Araújo saudou a todos em nome da secretária municipal de Educação, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben. Justificou a ausência da secretária. Falou da importância do aprendizado para a formação do cidadão e defendeu a existência de boa alimentação nas instituições escolares. Justificou também a ausência de Darklane Rodrigues Dias. Declarou que a merenda escolar não foi tipificada pelo legislador nacional como essencial à educação. Lamentou ainda que, até nos tribunais de contas, onde trabalhou por dez anos, não se reconhece o investimento na merenda escolar como prioritário. Relatou a existência, no Tribunal de Contas, de profissionais que se veem constrangidos em

MA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ter que cortar recursos do orçamento público destinados à alimentação nas instituições públicas de ensino por força de referências técnicas que têm que seguir. Mencionou Mário, presente neste plenário, que, segundo ela, coordena núcleo responsável pela coordenação e pelo acompanhamento da merenda escolar de forma respeitosa e responsável. Salientou que esse trabalho desenvolvido por esse núcleo trouxe uma série de aperfeiçoamentos no fornecimento da alimentação aos alunos da Rede Municipal de Educação. Falou da parceria do vereador Gilson Reis com os profissionais da Educação no Município. Elogiou o trabalho dos professores arduamente desenvolvido nas unidades da Rede Municipal de Educação. Adilana de Oliveira Rocha Alcântara exibiu eslaides que tratam da forma como se constitui a segurança alimentar. Falou das diretrizes constantes na Resolução nº 26/13 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - voltadas ao emprego da alimentação saudável. Disse que a Secretaria Municipal de Educação - Smed, juntamente com a Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional - Smasan, são responsáveis pela gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae, em Belo Horizonte. Acrescentou que essa gestão é centralizada e que a Smasan possui, atualmente, maior autonomia no exercício dessa gestão. Disse que a PBH recebe 10 parcelas do FNDE, repassadas pela Smasan. Comentou que, em Belo Horizonte, o Pnae atua em 191 escolas municipais, Umeis, entre outras, de um total de 514 unidades. Mencionou que o alimento fornecido pela Rede Municipal de Educação e pela rede conveniada conta com a produção da agricultura familiar. Comentou que, no Orçamento de 2017, ficou projetado o seguinte repasse FNDE: valor anual de mais de R\$25 milhões e contrapartidas do Recurso Orçamentário do Tesouro de mais de R\$15 milhões. Informou que Belo Horizonte oferta 70 milhões de refeições por ano. Detalhou que os recursos do FNDE se destinam à aquisição de gêneros alimentícios. Esclareceu que os recursos provenientes do Recursos Ordinários do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Tesouro - Rot se dividem entre gêneros alimentícios, logística de distribuição e alimentação dos profissionais envolvidos. Falou das etapas que antecedem a distribuição das refeições: planejamento de cardápios, aquisição de gêneros alimentícios, gestão de contratos, logística e controle de qualidade, adequação das unidades de alimentação e nutrição com apoio de outros órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH; formação dos manipuladores de alimentos; trabalho de supervisão alimentar; educação nutricional. Discorreu sobre os cardápios exigidos na Resolução nº 26/13 com o apoio de 60 nutricionistas. Comentou que os cardápios são diferenciados com base nas faixas etárias dos alunos. Disse que os cardápios devem oferecer pelos menos três porções de frutas e hortaliças por semana (200g/aluno/semana). Mencionou que a oferta em Belo Horizonte chega a 807g/aluno do período parcial e mais de 1.000g/aluno de período integral. Informou que as bebidas são preparadas à base de frutas. Disse que são respeitados níveis máximos de gorduras e que há restrições no uso de enlatados, entre outros. Comentou os cardápios previstos pelo Pnae. Apresentou uma tabela de cardápio para exemplificar o que é proposto para as escolas. Acrescentou que tais cardápios estão disponíveis à população para consulta no sítio eletrônico da PBH. Falou de reestruturação deste sítio eletrônico. Comentou que, na supervisão alimentar, é respeitado o treinamento, em que 52 profissionais atuam nas instituições da Rede Municipal de Educação e conveniadas. Falou do Núcleo de Controle de qualidade, da logística de distribuição, das ações educativas no âmbito alimentar e institucional, dos desafios da gestão compartilhada do Pnae e da gestão centralizada da PBH. Citou a informatização dos processos, a realidade inerente aos recursos humanos e à infraestrutura de Smasan, Smed, unidades educacionais. Relatou como se dá a aquisição de alimentos da agricultura familiar e a redução de perdas/desperdício. Salientou a ampliação e institucionalização das ações de educação alimentar e nutricional. Defendeu a existência, em cada unidade educacional, de um responsável pela gestão da alimentação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Falou de pesquisa feita com gestores da rede conveniada e se propôs a disponibilizá-la a todos no final desta audiência pública. Luciana Araujo Vaccari saudou os presentes. Falou de sua representatividade nesta audiência pública. Salientou que o nutricionista não está sozinho em suas lutas e pode contar com o conselho regional da categoria e com apoio de pais e gestores para que o Pnae seja executado com qualidade. Destacou a importância de um envolvimento coletivo nos cuidados necessários ao tratamento da obesidade infantil. Mencionou que crianças têm apresentado diabetes, colesterol alto, obesidade, entre outras doenças, que anteriormente eram mais incidentes em adultos. Falou do papel fiscalizador do Conselho Regional dos Nutricionistas, que possui uma Câmara Técnica de saúde coletiva. Colocou-se à disposição de todos. Anunciou que deixaria os contatos do conselho. A presidente considerou alarmantes os indicadores que apontam que uma em cada três crianças apresentam as doenças mencionadas. A presidente convidou a tomar assento à mesa a vice-presidente do CAE/MG, Regina Rodrigues de Oliveira. Poliana do Amaral Ferreira, mãe de aluno da Rede Municipal de Educação, disse que se empenhou durante nove meses, como se fosse uma gravidez, para a realização desta audiência pública. Lamentou que na legislatura anterior esta comissão pouco se reunia, dificultando a abordagem do tema. Disse ser mãe de três meninas, que começaram sua vida escolar em Umei desde os três meses de idade. Falou dos avanços ocorridos na alimentação escolar, como oferta de suco natural, menos alimentos industrializados. Mencionou os desafios enfrentados pelas crianças pequenas em processo de adaptação alimentar. Relatou vários casos de crianças pequenas encontradas famintas pelos pais nas Umeis. Disse que há dificuldades com horários de oferta desses alimentos, como também com a formulação do cardápio. Relatou dificuldade em conseguir informações sobre qual alimento específico sua filha recebe na Umei. Relatou que sua filha mais nova foi com cinco meses para a Umei, onde encontrou apoio na transição do leite materno para a alimentação não

mm



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

exclusiva. Falou também da importância de a mãe se sentir bem-vinda na escola. Mencionou problemas como a adição de açúcar no leite das crianças antes dos dois anos. Disse faltar frutas em condições adequadas à alimentação das crianças. Mencionou que há preferência de oferta de sucos e não de frutas *in natura*. Esclareceu que a colação é a oferta de fruta às nove horas da manhã. Afirmou que, se uma mãe visita uma Umei 40 minutos antes do almoço, pode encontrar as crianças pequenas chorando diante da oferta de alimento inadequado. Ressaltou a importância de se respeitar a individualidade e as necessidades específicas de cada criança. Falou da oferta diária de biscoito e rosquinhas doces que não deveriam ser ofertados às crianças. Perguntou se o número de nutricionistas anteriormente informado seria suficiente. Perguntou quantas escolas cada nutricionista teria que atender. Acrescentou que a nutricionista que atende a Umei frequentada por sua filha atende a outras unidades educacionais. Defendeu a realização de seminários com a participação de pais, professores e profissionais para discutir esse tema. Defendeu o combate à obesidade. A presidente salientou a importância do diálogo constante. Regina Rodrigues de Oliveira declarou-se militante da segurança alimentar há alguns anos. Mencionou que é conselheira titular do CAE/MG, onde representa o Conselho Regional de Nutricionistas em segundo mandato. Declarou ainda que participa do Conselho Federal de Nutricionistas e da câmara técnica neste mesmo âmbito. Falou da importância do Pnae no contexto nacional. Disse que a alimentação escolar foi a política pública que mais contribuiu para que o Brasil saísse do mapa da fome. Comentou ser recorrente a apresentação de valores *per capita* apresentados por instâncias da administração pública e seus gestores. Esclareceu que o recurso que vem do FNDE é para complementar a alimentação escolar. Disse que, a partir do ano passado, o estado de Minas Gerais iniciou repasses voltados ao fomento de uma política pública de segurança alimentar. Lamentou que, anteriormente, ocorresse o desvirtuamento de recursos públicos. Disse que,

mmr



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

atualmente, os professores da Rede Estadual de Ensino passaram a poder se alimentar nas instituições onde trabalham. Falou da importância de se trabalhar o cardápio escolar para o incremento das ações de educação alimentar. Falou da importância de se trabalhar a elaboração do cardápio. Questionou quem realmente estaria educando em prol da alimentação escolar. Salientou que tudo o que acontece no ambiente escolar tem a função de educar. Criticou alimentações com excesso de açúcar, que induzem o aluno a continuar se alimentando mal. Comentou a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, e a Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, que trata da inclusão de frutas e verduras na alimentação escolar aos alunos da educação básica no Pnae. Disse que esta resolução não se mostrou clara e definida o suficiente para o alcance desse objetivo, o que foi feito na Resolução nº 26/13. Disse que o CAE/MG se reúne na Rua Álvares Maciel, onde se situa a sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg, onde se debatem, entre outros temas, as dificuldades da agricultura familiar. Disse que trabalhou nos últimos anos com esses agricultores. Informou que o Estado de Minas Gerais adquiriu 33% dos recursos do FNDE para consumo dos produtos da agricultura familiar. Acrescentou que tal fato constitui uma lógica diferente. Mencionou a falta de áreas rurais no Município de Belo Horizonte, que poderia ser compensada pelo fornecimento de agricultores familiares do entorno desta capital. Disse ser possível construir-se estratégias para a otimização desta rede de fornecimento. A presidente falou da importância de se vincular a agricultura familiar à alimentação escolar, constituindo uma rede para a sociedade se desvencilhar das grandes produções agrícolas monocultoras. Neuma Soares Rodrigues agradeceu aos vereadores presentes a realização desta audiência pública. Salientou sua satisfação por estar presente a esta reunião, junto à representação do CAE/MG, e por



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

participar do CAE municipal, que tem um papel fiscalizador. Defendeu o fortalecimento do CAE municipal. Lamentou que as reuniões deste CAE sejam esvaziadas. Comentou a importância de se debaterem todas as demandas que vêm do CAE municipal, que, muitas vezes, não seria reconhecido pela própria escola. Salientou que a direção da escola acredita que a função do CAE é punir, e não ser parceiro. Disse que, por vezes, o cardápio é totalmente alterado até pela cantineira. Falou das responsabilidades inerentes à gestão escolar dos alimentos nas instituições de ensino, do trabalho das cantineiras, dos problemas inerentes à adição de açúcar na alimentação, do cumprimento do cardápio, entre outros. Destacou a importância de se apurarem denúncias e de que elas ocorram à medida que os problemas surjam. Comentou a distribuição dos alimentos quanto à sua adequação ou não à realidade. Criticou a falta de instalações físicas adequadas para o armazenamento de alimentos que costumam merecer reformas. Salientou que o CAE municipal vem solicitando à Smed, desde a administração municipal anterior, a promoção de ações voltadas à oferta de alimentos saudáveis nas escolas. Disse que mães entregam dinheiro a crianças de 10 anos para que comprem a merenda e estas escolhem alimentos inadequados. Destacou que as escolas deveriam informar os pais da existência do CAE municipal. Convidou todos a participarem das reuniões do CAE, na 3ª quarta-feira do mês, na Rua Tupis, nº 149 - 2º andar. A presidente falou da importância dos conselhos no controle social das políticas públicas. A professora da educação infantil Jacinta Gomes Silva Braga disse que trabalha em duas Umeis e está diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Belo Horizonte - Sindrede-BH. Declarou-se vegana desde o ano de 2009 e disse valorizar a alimentação e preocupar-se muito com o tema. Acrescentou que pesquisa muito sobre alimentação. Comentou que houve grande avanço na alimentação escolar. Salientou que seu sonho seria a retirada da carne da alimentação por entender que seria mais saudável. Defendeu a redução do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

uso da carne na alimentação das crianças. Disse que o Brasil ainda consome muita carne e se preocupa em oferecê-la. Afirmou que crianças não passam fome nas Umeis. Acrescentou que a criança de período integral corre o risco de não ter a alimentação em casa, o que força os professores a se empenhar na oferta de alimentação suplementar. Defendeu que a fruta seja ofertada a essas crianças no café da manhã, e não depois do almoço. Disse que, frequentemente, há tumulto na oferta do almoço. Comentou que o desejável seria a completa retirada do açúcar, o que não é possível. Defendeu o plantio de hortas nas escolas que tivessem espaço disponível e o incentivo das crianças à produção de alimentos. Comentou que as crianças que não têm problemas com alimentação em casa também não terão na escola. Disse que, realmente, há crianças que rejeitam o alimento nas Umeis. Falou do empenho de suas colegas e das direções das escolas para a promoção da alimentação aos alunos. Opinou que todas as escolas deveriam possuir um gerenciamento do trabalho das cantineiras de forma que estas pudessem seguir com rigor os cardápios. Discorreu sobre a importância de se contar com nutricionistas e cozinheiras que tenham a capacidade de produzir refeições interessantes para as crianças. Mencionou que, no CAE em que atua, os participantes lamentam não poder atuar mais, por falta de tempo, absorvido pelas escolas. Destacou que a PBH tem que primar pela melhoria da qualidade das frutas oferecidas. Paulolino Pereira declarou-se um aprendiz que não teve oportunidade de contar com alimentação escolar quando foi aluno em 1954. Disse que, como representante do observatório social de Belo Horizonte e contador, pode observar a situação da alimentação escolar no Município de Belo Horizonte, onde constata duas gestões diferentes em atuação. Falou da gestão estadual e da gestão municipal desta área. Falou de suas experiências profissionais em vários órgãos públicos. Sugeriu que esta realidade seja melhorada do momento atual para frente. Disse que, quando consulta o Ministério da Educação, encontra um número de escolas municipais em Belo Horizonte cadastradas; e que,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

nesta reunião, encontrou um número maior, o que constituiria divergência de informações entre duas instâncias de gestão pública. Defendeu a melhora das informações aos cidadãos. Disse que a PBH tem metas físicas a serem cumpridas. Salientou que todas as escolas deveriam estar integradas ao orçamento público. Falou da importância do Conselho Municipal de Educação, que, a seu ver, deveria ter maior compromisso com os cidadãos. Defendeu a promoção de ações configuradas num voluntariado transformador para o Estado de Minas Gerais. Lamentou que não se tivesse falado de financiamento de Educação para Jovens e Adultos - EJA. Criticou a falta de sincronização de recursos oriundos da União com o orçamento municipal. Comemorou que, nesta audiência pública, pode encontrar informações muito úteis. A presidente concedeu três minutos para cada pessoa presente nesta reunião falar. Respondendo a Poliana do Amaral Ferreira, a integrante da Smasan nutricionista Luana Rosa de Oliveira informou que as informações disponíveis no sítio eletrônico que divulga os cardápios estão sendo unificadas. Disse que a gestão compartilhada deveria ser fruto de um planejamento, que na prática acaba sendo executado na ponta pela direção das unidades escolares, onde os desafios eclodem. Defendeu esse compartilhamento de gestão entre Smed, Smasan e unidades escolares. Lamentou que este sítio eletrônico tivesse ficado suspenso dentro do período das últimas eleições. A mãe de duas crianças alunas de Umei, dentista e consultora de aleitamento materno, Fabiana Guimarães, reclamou da oferta de café pela educação infantil. Trouxe parecer do Conselho Federal de Nutricionistas - CFN, contrário à essa oferta. Salientou a importância da retirada de leite em pó e de mamadeira das crianças que estão em fase de aleitamento materno. Falou das complicações de oferta de leite integral a essas crianças. Destacou que, até os 12 meses de vida, o leite materno é o alimento principal. Comentou os princípios estabelecidos pelo Pnae para uma correta alimentação em fase escolar. Destacou que, nesta norma, é estabelecida ênfase na alimentação específica, por



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

exemplo de crianças celíacas, com transtorno sensorial, entre outras. Salientou que as crianças precisam aprender a se alimentar e a entender o alimento que é oferecido a elas. A professora da educação infantil e mãe de uma criança em Umei e outra em ensino fundamental, Taís Lacerda, esclareceu que não compartilha da opinião de sua colega Jacinta Gomes da Silva Braga, por considerar que entre as crianças das Umeis há aquelas que ficam com fome. Salientou que há crianças com individualidades marcantes. Destacou a necessidade de procurar alternativa para que as crianças não fiquem sem comer na escola. Disse que há criança que não sabe se alimentar com uma mamadeira, pois em casa se serve de aleitamento materno. Destacou que já tentou de tudo para alimentar essas crianças, inclusive solicitar às mães que recolhessem o leite materno para ser oferecido elas, mas não conseguiu. Relatou vários alimentos que são rejeitados pelas crianças. Citou o frapê de abacate aceito pelos alunos maiores. Disse que ingere este alimento junto com os alunos para que estes a acompanhem, mas não consegue a aceitação em muitos casos. Destacou que a colação tem sido ofertada na parte da manhã na unidade de ensino onde trabalha. Salientou a importância de, neste momento, a criança ter o contato com a fruta. A mãe de aluno Carla Dionília disse que é militante, tem informação, mas a maioria dos pais não sabem nada. Salientou a importância da disponibilização diária e obrigatória dos cardápios. Defendeu que se construa um projeto permanente de educação alimentar nas escolas. Criticou o excesso de alimentos inadequados que os alunos do ensino fundamental acessam. Defendeu que o telefone do CAE seja publicado nas escolas. A mãe de um aluno que acabou de ingressar na Rede Municipal de Educação, Mônica Mascarenhas da Silva, destacou que queria entender por que colocam açúcar no leite. Disse é geógrafa e está terminando dissertação que aborda hortas nas escolas. Comentou que sua dissertação trata da formação de hortas escolares na alimentação e na educação sobre alimentos. Destacou a importância do convívio dos alunos com o entorno das

mm



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

escolas, lotes vagos, de melhores ocupações do meio em que os alunos vivem. Evangely Maria Oliveira Rodrigues apresentou-se como professora da escola Alaíde Lisboa, membro da Coordenação do Colégio Don Orione e do Sindrede/BH. Discordou de algumas opiniões apresentadas por Jacinta Gomes Silva Braga. Disse que é professora do turno da tarde e que, às 13h30min, as crianças recebem meia laranja azeda para comer. Apresentou fotos das redes sociais que demonstram a pobreza dos alimentos. Disse que o cardápio não é seguido pontualmente, que as frutas relacionadas são as adquiridas conforme o valor do mercado. Esclareceu ter havido política que “enxugou” as condições de uma correta alimentação da criança nas escolas. Lamentou a limitação na oferta de alimentos. Acrescentou que sua filha teve perda de peso quando se alimentou com a quantidade de alimentos que a gestão anterior da PBH ofertava nas escolas. Lamentou que os alunos da EJA não fossem levados em conta e afirmou que não se pensa no aluno trabalhador que chega de uma jornada e precisa de um prato de comida e não do mingau que é oferecido. Disse que os problemas são vários e já foram denunciados. Afirmou haver uma nutricionista para toda a regional da Pampulha. Relatou caso de aluna sua do Colégio Don Orione que demorou três meses para conseguir alimento especial de que necessitava. Disse que há diminuição da qualidade de alimentos ofertados. Silvia Raquel disse que sua filha não estuda em Umei. Refletiu as dificuldades que envolvem a alimentação das crianças em fase de educação infantil. Ponderou a dificuldade que envolve a alimentação de crianças que estão em aleitamento materno e não conseguem se alimentar quando o cardápio que chega a ela não é adequado para sua faixa etária. Criticou leite açucarado demais. Lamentou que se sugira a alteração do paladar da criança para suportar tais alimentos. Defendeu a busca por melhor entendimento da alimentação de crianças em fase de aleitamento materno, por exemplo. A mãe de aluno de Umei, professora do Ensino Fundamental, diretora do Sindrede/BH, integrante do coletivo de educação do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

mandato do vereador Gilson Reis, Renata Karine Lacerda, disse que assessora o vereador há muitos anos. Afirmou que na alimentação do Ensino Fundamental é ofertado um excesso de mingau e biscoitos, muitos doces, ao menos duas vezes por semana, o que viria gerando aumento de obesidade das crianças. Salientou que, se não fossem os vereadores presentes, esta audiência não teria ocorrido. Disse que não pode falar ainda da alimentação das Umeis porque seu filho acaba de ingressar na Rede Municipal de Educação. A presidente prorrogou os trabalhos até às 21h30min. A presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte - Comusan - BH e integrante do CAE Municipal, Laureci Alves de Paula, comentou que uma das vitórias alcançadas no CAE Estadual foi a contratação de mais 53 nutricionistas para o Estado de Minas Gerais. Salientou a importância de uma parceria entre o CAE e o Comusan. A professora da Rede Municipal de Educação e ex-conselheira do CAE, Maria Antonieta, disse a Natália Araújo que, sem projeto político pedagógico e sem formação de professoras, será necessário realizar audiências públicas o tempo todo. Disse que os professores não se preocupam com a merenda das crianças, mas sim em matar a fome delas. Disse que, no Ensino fundamental, as coisas pioram muito. Sugeriu a conscientização dos pais para o fato de que, se dão dinheiro a seus filhos para comprarem merenda, os recursos destinados à merenda acabam por se perder. Afirmou que os problemas e maus hábitos no cenário descrito é tema desagradável para secretarias de Educação e de Abastecimento. Destacou que os conselheiros do CAE não são bem-vindos. Disse que há quatro anos integra o observatório social de Belo Horizonte e conhece o tema. Sugeriu uma reunião que envolva Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público, CMBH, CAE. Disse que, como pedagoga, não sabe se a quantidade *per capita* de alimento ofertado está adequada. Sugeriu que o profissional que atua no Programa Saúde na Escola - PSE seja útil na solução de problemas relacionados à alimentação escolar. O vereador Gilson Reis disse que esta

ma



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

audiência está sendo muito rica por tratar de vários temas complexos. Salientou que a alimentação escolar é um tema muito recente que não existia na sua geração. Destacou que, no seu tempo, os pobres comiam nas escolas e os ricos não. Disse que esteve no Hospital Sofia Feldman, que está construindo o banco de leite da instituição. Sugeriu a criação de um banco de leite pela Smed. Sugeriu a instituição de um Dia Municipal de Alimentação Escolar. Sugeriu ainda a criação de uma Semana Municipal de Alimentação Escolar. Defendeu a abordagem pela PBH de um projeto de formação continuada da ex-conselheira do Smed com a alimentação como um dos temas principais. Ponderou a respeito da situação de quase 300 crianças com autismo. Adilana de Oliveira Rocha Alcântara comentou que a Smed constituiu um Comitê Gestor de Compras Institucionais de Agricultura Familiar. Disse que há uma média de 12 supervisores para esta área. Acrescentou que as instituições filantrópicas não estão incluídas. Destacou que não apresentou dados de prestação de contas, mas sim a previsão de orçamento para este ano. A nutricionista e referência técnica da Smasan Mirna lamentou que o cardápio proposto não esteja sendo cumprido. Salientou o papel de pais e professores na denúncia de descumprimento. Comentou as dificuldades oriundas da perecibilidade dos gêneros alimentícios. Declarou que o café já foi retirado do cardápio. Mencionou que esse era servido às crianças acima de dois anos semanalmente. Esclareceu que o leite de vaca para lactentes de seis a doze meses tem sido usado quando não há leite materno ou em pó. Disse que os recursos financeiros têm sido insuficientes. Falou que a oferta de frutas fica submetida a essas restrições. Disse que a fruta não foi retirada do cardápio. Destacou que é frisado para os profissionais das Umeis que evitem a oferta de sucos de fruta e o uso indiscriminado do açúcar. Esclareceu que a manutenção da colação foi reivindicação de uma Umei. Natália Araújo salientou que esta audiência pública se tornou um momento importante para se escutar e refletir-se sobre a alimentação nas unidades escolares. Salientou

mar



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que como mãe percebe a dificuldade na alimentação dos filhos. Destacou as diversidades que acometem a rotina de vida dos pais do ponto de vista pedagógico em relação à alimentação. Lamentou que as comidas de qualidade inferior e de rápido consumo acabam muitas vezes por ganhar a luta na alimentação dos filhos. Falou do cuidado e do diálogo necessários para equacionar os desafios comentados. Disse que a Smed está voltada a este diálogo construído. Comentou o financiamento gerado pelas Caixas Escolares, que não se relacionam com o poder público, pois se constituem de forma autônoma e privada. Lamentou seu constrangimento ao administrar as caixas escolares por entender que ela acaba por colaborar de forma indireta com situações que complicam a qualidade dos alimentos ofertados. Saliu que não há desvio de finalidade em razão dos recursos da Caixa Escolar. Esclareceu que, na prática, as Caixas Escolares constituem um exercício de responsabilidade. Informou que, no mês de julho próximo, novo sistema de Caixa Escolar será implantado. Falou da possibilidade de os recursos da Caixa Escolar estarem sendo utilizados para compra de itens alimentícios inadequados. Disse que a construção de uma educação de qualidade universalizada tem que contar com o apoio de todos. Lamentou que houvesse 19 mil crianças aguardando vaga nas Umeis. Jacinta Gomes da Silva Braga esclareceu que falou da Umei em que trabalha, que considera em melhor situação. Afirmou ser interessante maior autonomia para os profissionais das Umeis, sem que se dispense o acompanhamento de nutricionistas. Destacou que atualmente vive-se um engessamento nessa gestão da alimentação. Adilana de Oliveira Rocha Alcântara reafirmou o compromisso da Smasan com alimentação saudável e nutritiva. A presidente apresentou os encaminhamentos a serem levados a reunião com quórum desta comissão. Destacou a necessidade de se propiciar informação, poder e transparência, exemplificados por telefone do CAE visível nas escolas; publicidade do cardápio; implantação de uma gestão compartilhada; retirada do café; restrição do leite em pó



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

para crianças com menos de um ano; estimulação ao aleitamento materno nas escolas, com sugestão da criação de um banco de leite pela Smed e insistência de uso do copo, no caso do aleitamento materno, para que não ocorra o desmame antecipado; atendimento das crianças celíacas e diabéticas e particularização da alimentação; respeito aos limites profissionais das professoras, impossibilitadas de atender a todas as especificidades; maior valorização dos professores da educação infantil; educação alimentar e profissional; avaliação da oferta de colação e debate sobre essa prática; adoção de uma semana municipal de alimentação escolar; não interferência de vereadores nas escolas. Maria Antonieta comentou que Belo Horizonte não faz conferência de educação escolar. Adiantou que a formação político-pedagógica do professor é importante. Foi comentado o marco regulatório da Educação Infantil. Sugeriu-se a discussão de um projeto que trabalhasse o tratamento da educação alimentar como currículos na educação infantil belo-horizontina que traria um resultado mais efetivo. A presidente sugeriu estudo sobre a alimentação no ensino fundamental, os horários de alimentação, pesquisa na comunidade escolar, aproximação dos conselhos com as unidades escolares da Rede Municipal de Educação. Lamentou que os conselhos estivessem ameaçados de extinção. Nada mais havendo a ser tratado, a presidente declarou encerrados os trabalhos às 21h55min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pela presidente desta reunião.

ATA APROVADA

(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)
distribuída em avulso, no dia 18/7/17, não
foi apresentada impugnação no prazo regimental.

27/7/17

Eda Teles

Presidente